

Fawzy, MANSOUR, *Al Rasmalia fi Misr*. Qadaia Fikria, 1986.

FRANK, André Gunder, *Towards a historical materialist political economy of our 500 year old world system*. Mimeo, 1989.

HODGSON, Marshall, *The Venture of Islam*. Chicago University Press, 1974.

LUGHOD, Janet Abu, *Before European Hegemony, The World system AD 1250*. 1350. Oxford University Press, 1947.

MAC NEILL, William, *The rise of the West*. Chicago University Press, 1964.

MANSOUR, Fawzy, *L'impasse du monde arabe, les racines historiques*. L'Harmattan, 1990.

PIRENNE, Jacques, *Les grands courants de l'histoire universelle*. Albin Michel, 1947.

POLANYI, Karl, *La libertà in una società complessa*. Boringhieri, 1987.

TOYNBEE, Arnold, *A Study of History*. Londres, 1947.

WILKINSON, David, *Central Civilization, comparative civilizations*. Review, 1987.

II

O PAPEL DA ÁSIA CENTRAL NO SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNDO ANTIGO

No capítulo I propus considerar as sociedades do mundo antigo para todo o período dos vinte séculos considerados como um conjunto de sociedades que apresentam características comuns, que eu chamava de formas centrais e periféricas do modo de produção tributário, articuladas entre si em um sistema por trocas intensas de todos os tipos. Para aí remeto o leitor para aquilo que se refere a sistemas conceituais propostos para a análise da especificidade desse modo tributário, em contraste com a do capitalismo moderno, como também para a análise da função das trocas inter-regionais. Eu havia resumido minhas conclusões em um esquema e dois quadros. Os volumes das trocas entre os centros e as periferias designadas nesse esquema e no do trânsito pela Ásia Central ("As rotas da seda") haviam sido avaliadas para cada uma das grandes rotas utilizadas, marcadas pelas onze flechas do esquema.

O período descrito estende-se por quase vinte séculos, no decorrer dos quais, evidentemente, o peso relativo de cada uma das regiões definidas (os centros A, B e C, as periferias) evoluiu, assim como suas trocas exteriores. Os índices mantidos tanto para o volume do excedente gerado na região e as trocas, assim como para a repartição destas segundo as flechas indicadas no esquema, variaram no decorrer do tempo. Darei, portanto, no que segue, a justificativa das médias consideradas para descrever o conjunto desse longo tempo histórico.

1. A China representa ao longo desses vinte séculos o centro não só, sem dúvida, o mais importante, mas ainda aquele cujo desenvolvimento foi o mais contínuo, apesar das desordens que se reproduzem nos períodos interdinásticos.

A população da China é de setenta milhões de habitantes no momento da era cristã (28% da população do globo na época, 250 milhões). Ela aumenta regularmente para atingir 200 milhões em 1700 (sempre 28% da população mundial,

estimada em 680 milhões). Entre 1700 e 1800 o movimento demográfico nela se acelera, e a população da China passa para 330 milhões, que representam 35% da população mundial, estimada em 950 milhões.

A China é, no decorrer dessa longa história, a região mais avançada em todos os sentidos: ela dispõe em média da mais forte produtividade agrícola por cabeça, do maior número de cidades que abrigam uma população administrativa educada e artesanal qualificada, que é estimada por todos um pouco como o "modelo": os europeus, quando a descobrem no séc. XVIII, que é o século de seu maior esplendor, tentam nela se inspirar (cf. Etiemble, *L'Europe chinoise*). Muito mais cedo os povos do Oriente Médio conheciam sua riqueza e seu poder (cf. o suna do profeta Mohamed: "ide buscar a ciência na China").

Por essa razão, escolhi o índice 100 para designar o volume das trocas exteriores da China no decorrer desse período. Na hipótese em que essas trocas teriam produzido 10% do excedente gerado na China, este poderia ser avaliado com o índice 1.000 (para uma população que cresce regularmente de 50 a 330 milhões).

2. A China, no decorrer desse período, manteve relações estreitas, contínuas e densas com o centro médio-oriental (helenístico, e depois bizantino e islâmico – árabe, persa e turco). Propus estimar esse volume das trocas em dois terços (65%) de conjunto de trocas chinesas por todo o período, contra 20% para as trocas com o Japão, 5% com a Ásia do Sudeste e 10% com a Europa. Sobre quais índices fundamentei essas estimativas?

O centro que representa o Oriente Médio conheceu uma evolução histórica muito diferente da evolução da China. Em 200 a.C. há uma população equivalente à da China (50 milhões) e, provavelmente, um nível geral de desenvolvimento pelo menos igual. Mas, no momento da era cristã, sua população é somente de 35 milhões (contra 70 milhões para a China), se considerarmos uma definição restrita da região (Grécia-Anatólia, Egito, Síria-Iraque-Irã) e, caso lhe acrescentemos a Itália e o Maghreb, que constituem seu prolongamento para o oeste associado à construção do império romano, uma população de 50 milhões. Para os séculos que seguem, a população do centro médio-oriental (Bizâncio mais o Califado) permanece relativamente estagnada. A população dos herdeiros do Império Otomano a partir de 1500,

o império persa e os emirados e canatos da Ásia central turca, não ultrapassa em geral 50 milhões contra mais de 200 milhões para a China, e o mesmo para a Índia em 1700. O declínio da posição relativa ao Oriente Médio é praticamente contínuo desde a era cristã, apesar dos momentos brilhantes – porém curtos – de suas tentativas de renovação (época de Justiniano, os dois primeiros séculos abássidas).

Por outro lado, a posição relativa do Oriente Médio nos tempos mais antigos era dominante em escala mundial. No decorrer dos dois milênios que precedem a era cristã sua população representava talvez 30% da população mundial (que cresce muito lentamente de 100 a 250 milhões no decorrer desse período) contra apenas 18% no momento da era cristã e 7% em 1700. O Egito antigo tinha uma população que havia ultrapassado o limite de dez milhões; ora, a população desse país havia caído para dois milhões em 1800, para reencontrar seu nível faraônico apenas na época contemporânea, no séc. XX. Aqui não é o lugar para discutir as razões eventuais desse declínio relativamente precoce e tenaz, mas não podemos deixar de mencionar sua acentuação pelas gigantescas devastações na Ásia central, no Irã e no Iraque, ocasionadas pelas invasões turco-mongóis, reduzindo o Irã e a Mesopotâmia, um dos berços da civilização universal, a uma estepe desértica. A Rússia e o Oriente islâmico foram vítimas principais dessas invasões, mas a China foi infinitamente mais capaz de a elas resistir. É fato comprovado que nunca, a partir da era cristã, o centro médio-oriental testemunhou um dinamismo comparável ao da China.

As trocas China-Oriente Médio foram, por esse fato, relativamente mais intensas nos períodos antigos, declinando em termos relativos a seguir, acontecendo um revezamento – para a China – pela intensificação de suas relações com a Coreia e o Japão, o Vietnã e a Ásia do Sudeste e, por fim, a Europa, primeiro pela rota mongólica (séc. XIII) e depois pelas vias marítimas (nos tempos modernos).

A estagnação relativa do Oriente Médio significa que, se o excedente gerado nessa região era comparável ao da China nos inícios do período considerado (a partir de 50 a.C.), ele não representa mais que um terço disso por 1300-1500, levando-se em conta a evolução da relação das cifras das populações em questão. O ponto médio entre esses dois índices extremos – 1000 e 350 – por volta de 700, é levemente inferior à cifra-índice considerada em nosso esquema para todo o período (800).

A posição em declínio do Oriente Médio foi, entretanto, compensada parcialmente por sua posição geográfica, que é a de uma plataforma giratória, impondo-se como intermediária obrigatória para quase todas as trocas transcontinentais das épocas pré-modernas. Isso se traduziu por um grau de comercialização da economia e um volume de trocas exteriores relativamente mais marcadas: da ordem de 20% talvez, contra 10% para a China. Essa proporção – do simples para o duplo – é coerente com as avaliações comparativas das trocas entre a região do Oriente Médio de um lado e as outras regiões do mundo pré-moderno, de outro (ver mais adiante).

Da importância das trocas China-Orientes Médio, embora em declínio em termos relativos, permanece o fato que melhor caracteriza o sistema de relações entre as regiões do mundo pré-moderno. Essas transferências de mercadorias, de tecnologias, de ideologias e de religiões permitiram, pela intermediação do Oriente Médio, a difusão – principalmente para a Europa – da ciência e das técnicas chinesas mais avançadas. O caminho usado, imutável, conhecido sob o nome de “rota da seda”, saía da China pelo corredor de Gansu, passando pelo sul da cadeia de Tian Shan, costeando o deserto de Taklamatan tanto pelo norte (Hami-Aksu-Kashgar) como pelo sul (Kokand-Kashgar) para, em seguida, se dirigir para a Pérsia através do sul da ex-Ásia central soviética (Samarkand-Bokhara-Khiva).

A permanência dessa rota vital torna claro muitos fenômenos de outra forma pouco explicáveis, como a penetração precoce e profunda das religiões provindas do Oriente Médio, o nestorianismo cristão, o maniqueísmo segundo o Zoroastrismo, (esquecemos freqüentemente que a Ásia central foi cristã antes das tribos germânicas), depois o islamismo (que funda imediatamente bases sólidas nessa região – no Khorezm), ou da Índia (o budismo). Essa penetração acompanha uma sedentarização precoce das populações locais: desde o séc. IX o Turquestão oriental (Ouigouristan) está integralmente sedentarizado. Das fronteiras da própria China até a da Pérsia a rota é semeada de grandes cidades comerciais, centros de atividades intelectuais, cercadas de zonas de agricultura intensivamente irrigada.

Compreendemos então que o conflito geo-estratégico principal dos tempos pré-modernos tenha se concentrado sobre o controle dessa rota. A esse respeito, ficamos espantados ao constatar que a fronteira militar entre a zona sob controle

chinês e a zona sob o controle do Oriente Médio (o Califado e a Pérsia) permaneceu com uma estabilidade notável, um pouco semelhante à das fronteiras atuais da China. Espantamo-nos com o fato de que, apesar da islamização, o Turquestão oriental sempre esteve sob o controle político e militar chinês, e o ocidental sob o do Oriente Médio (quando ele não se apodera do poder nessa região), antes de ser conquistado pelos russos.

3. O declínio relativo das trocas China-Orientes Médio é substituído pelo impulso, tardio mas poderoso, das relações com a Coréia e o Japão, o Vietnã e a Ásia do Sudeste. Na alvorada da era cristã, essas regiões ainda são muito pouco povoadas (um milhão para a Coréia e o Japão, seis milhões para a Ásia do sudeste – no total menos de 10% da população chinesa da época), e será preciso esperar a segunda metade do primeiro milênio para ver aí se constituírem Estados centralizados, inspirados, por outro lado, pelo modelo chinês. Mas os progressos aqui são rápidos, ainda que o crescimento demográfico continue inferior ao da China. Se mantivermos a hipótese de um volume de trocas crescente, em paralelo com as cifras das populações em questão, chegaremos, pelo fim do período (que aqui se prolonga além de 1500 até 1850), a um índice igual ao das trocas China-Orientes Médio. Por outro lado, notaremos que essas últimas relações se desenrolam sobre os vinte séculos considerados (declinando progressivamente em termos relativos) ao passo que os primeiros se desenvolvem no decorrer dos seis últimos séculos do período tributário. Seu índice médio é, portanto, da ordem de um terço daquele que afetava os primeiros, ou seja, 25 (contra 65), distribuídos principalmente em benefício do Japão (20) e, acessoriamente, da Ásia do Sudeste (5).

O índice considerado para as trocas China-Europa (sem passar pela intermediação do Oriente Médio) – talvez 10 – será justificado mais adiante.

4. A Índia constitui o segundo centro de concentração e de civilização humana, depois da China. Ela embarca muito cedo na civilização, no decorrer do terceiro milênio a.C., ou seja, na mesma época que o Egito e a Mesopotâmia, com a qual, por outro lado, as civilizações do Indo talvez estejam em relação.

Como a China, e em contrapartida com o Oriente Médio, a Índia demonstra um dinamismo contínuo desde as origens até cerca de 1700: conta com 45 milhões de habitantes na alvorada da era cristã, 200 milhões em 1700 (o mesmo

que a China nessa época). Mas entra em crise a partir dessa época, e em 1800 ela marca o passo por volta de 200 milhões, e só retomará o ritmo mais tardiamente, no séc. XIX. O continente indiano constitui ainda hoje a região de concentração humana mais intensa, depois da China.

Para o período considerado (desde 500 a.C., período em que aparece Buda, até o séc. XVI, quando se inicia o controle marítimo europeu do oceano Índico) podemos, portanto, aceitar a hipótese de um excedente gerado na região, equivalente ao produzido na China (o mesmo índice 1000), por causa da grande produtividade de sua agricultura e do estado florescente de suas cidades.

O fato é que a história da Índia é mais caótica que a da China: freqüentemente invadida (sempre pelo Oeste), dificilmente unificada (ela é unificada apenas no período antigo dos Maurya, na alvorada de nosso período), ela parece, na opinião de todos os historiadores, menos aberta às trocas exteriores que a China. Estas são feitas, por outro lado, principalmente com o Oriente Médio, parte pelo caminho terrestre Irã-Afganistão, parte pela via marítima. Quanto às trocas com a Ásia do sudeste, elas só adquirem importância na época da hinduização desta, entre o ano 600 e o ano 1000, sendo que o revezamento é feito em seguida pela islamização da Indonésia-Malásia e pela intensificação da penetração chinesa.

Se, como justificaremos mais adiante, o índice das trocas Índia-Orientes Médio pode ser avaliado em 50 para todo o período considerado (dividido pela metade entre cada uma das duas vias terrestre e marítima), e o das trocas Índia-Ásia do Sul pode ser avaliado em 10, teríamos no total uma percentagem de comercialização externa do excedente igual a 6%, inferior à da China, que é, lembremos, 10%. Esse resultado é coerente com a observação dos historiadores lembrados mais acima.

5. A Europa só intervém no desenvolvimento geral do sistema pré-moderno muito tardiamente, depois do ano 1000. Até então, ela permanece uma periferia atrasada e bárbara.

Na alvorada da era cristã, a população da Europa, incluindo a Itália, é da ordem de vinte milhões (8% da população mundial, menos de 30% da população da China e a metade da do Oriente Médio), cuja metade está na Itália e nas Gálias. A decolagem da Europa será muito lenta, pois no ano 1000 a Europa, incluindo a Itália, ainda não tem mais que trinta milhões de habitantes. Essa decolagem

acontece, contudo, entre o ano 1000 e 1350: sua população passa então para 80 milhões (18% da população mundial, estimada em 440 milhões), para descer a 60 milhões em 1400 (por causa da peste negra), mas atingir 120 milhões em 1700 (18% da população mundial de 950 milhões). O aumento demográfico europeu começa, e explodirá no séc. XIX.

Até o ano 1000 a produtividade da agricultura européia continua largamente inferior à das regiões civilizadas da China, da Índia e do Oriente Médio, e o continente ainda está vazio de cidades. A decolagem, entretanto, é rápida a partir do ano 1000 e, dois séculos mais tarde, a Europa está coberta de cidades ativas e de monumentos que testemunham a amplitude do crescimento do excedente gerado por sua agricultura. Para os dois ou três últimos séculos do período considerado, que se encerra em 1492 pelo começo da hegemonia mundial da Europa moderna e capitalista, a Europa representa um centro novo em gestação, de peso relativo igual à metade do da China, e já o dobro ou o triplo do peso do Oriente Médio, caso aceitemos a hipótese, verossímil, de produtividades agrícolas e de graus de urbanização equivalentes. Por outro lado, durante os cerca de 15 séculos que precedem, a Europa representa quase nada no sistema mundial da época, pois a fraca produtividade de seu trabalho proíbe retirar dele um excedente significativo: o índice desse excedente poderia estar perto de zero, mal existindo, ao passo que se eleva rapidamente para o índice de 350 (um terço do da China) para os séculos 1200-1500. A média (ou média ponderada) de 100, mantida no esquema para o conjunto do longo período, poderia ser aqui, como no caso do Japão e da Ásia do Sudeste, enganosa, e até mais no caso desses últimos, pois ela pretende ilustrar um impulso rápido, mas tardio.

O volume das trocas exteriores da Europa, estimado pelo índice 20, de fato se refere apenas ao período dos quatro séculos de 1100-1500, uma vez que as trocas referentes aos períodos anteriores são negligenciáveis. Nessa época a população da Europa representa entre um terço e a metade da população da China. É possível, portanto, que esse índice esteja um pouco subestimado, caso consideremos apenas o período dos quatro séculos em questão. Mas, em contrapartida, ele está, sem dúvida, fortemente superestimado se considerarmos o conjunto do longo período de 300 a.C. até 1500 d.C.

O essencial desse comércio passava pelo Oriente Médio, ainda que muitos produtos importados pela Europa proviessem de mais longe, da China e da Índia,

e apenas transitavam pelo Oriente Médio. No séc. XIII, ao contrário, pela primeira vez, um contato direto entre a Europa e a China foi estabelecido pela rota terrestre mongólica, evitando o Oriente Médio. Ora, esse efeito das conquistas de Gêngis Khan acontece em um momento em que a Europa decolou e alcançou rapidamente as regiões mais avançadas, constituídas pelos três centros orientais. As trocas Europa-China são, por isso, intensas, embora o período no decorrer do qual a rota mongólica foi utilizada tenha sido extremamente breve – menos de um século. Quando muito, a partir de 1500, a via marítima suplanta as antigas rotas terrestres. O índice atribuído para essas trocas (10) está sem dúvida superestimado, caso devamos estabelecer seu volume sobre o conjunto do longo período considerado. A partir disso, a apreciação atribuída às conquistas de Gêngis Khan é deformada entre os europeus que descobriam a existência da China. É por esse motivo que o discurso dominante, eurocêntrico como sempre, atribui ao Império Mongol um papel positivo no estabelecimento de uma ligação Leste-Oeste que, de fato, existia há tempo, ainda que os europeus a ignorassem. Por outro lado, o efeito negativo das conquistas turco-mongólicas, que empobreceram os parceiros das trocas antigas principais, pelas destruições maciças ocasionadas na China do Norte, na Ásia central do Sudeste, no Irã e no Iraque, assim como na Rússia, é sempre, nessa perspectiva eurocêntrica, subestimado. As conquistas mongólicas, definitivamente, foram mais negativas do que positivas naquilo que se refere às trocas Leste-Oeste, tomadas em seu conjunto.

Mesmo no decorrer dos últimos séculos do longo período considerado, o atraso da Europa, periférica no sistema antigo, permanece. Isso é testemunhado pelo fato de que a balança comercial européia é sempre fortemente deficitária, pois esse continente não tinha grande coisa a oferecer, ao passo que importava produtos de luxo e as tecnologias do Oriente, obrigado a equilibrar seu déficit com exportações de metal.

6. A estimativa proposta para os índices dos volumes de excedente gerado nas periferias da África subsaariana e da Ásia do Sul se fundamenta sobre as estimativas das cifras da população dessas regiões: cerca da metade da população européia na alvorada da era cristã, uma demografia pouco dinâmica, uma produtividade agrícola fraca e nenhuma urbanização digna desse nome, como na Europa até o ano 1000.

Assim como para a Europa, consideramos que a fraca produtividade significa que o excedente gerado é, comparativamente às regiões mais avançadas, menos que proporcional às cifras da população. Ao contrário, justamente porque o excedente modesto é trocado por produtos de luxo, estrangeiros à produção local, o grau de comercialização extrema desse excedente é mais elevado: as trocas distantes são relativamente mais importantes que as de curta distância. É por isso que o grau aqui está situado em torno de 20% (contra 10% para a China e 6% para a Índia) para a Europa (excedente: 100; trocas exteriores: 20), a África subsaariana (excedente 50; trocas exteriores: 10), e até 30% para a Ásia do Sudeste (excedente: 60; trocas exteriores: 20).

A África sub-saariana não é, como testemunham os escritos árabes, uma periferia mais miserável que a Europa antes do séc. XI. O atraso da África aparece mais tarde, em comparação com a Europa, quando esta decola. Esse atraso será rapidamente agravado pelas destruições maciças, ocasionadas pelo tráfico negreiro pelo Atlântico, não só por seus efeitos devastadores sobre a demografia do continente, mas ainda pelas degradações políticas a ele associadas (destruição dos grandes Estados em formação e substituição destes por Estados militares predadores).

A Ásia do Sudeste partia, no início de nosso longo período, de uma posição periférica comparável à da Europa e da África subsaariana. Ela dá início a certo progresso mais cedo que a Europa, com sua hinduização (à qual segue a islamização), a partir do séc. VII, acompanhado de trocas intensas com a Índia e mais modestas com a China e o Oriente Médio. Esse impulso será brutalmente interrompido apenas a partir do séc. XVI, quando a hegemonia marítima européia rompe as relações antigas. Entretanto, talvez porque não tenha sofrido as devastações da escravidão como a África, sua posição não se degrada como a do continente negro.

7. Podemos voltar ao Oriente Médio, plataforma giratória das trocas pré-modernas, para então recapitular os fluxos que a ele se referem e cujos índices são, então, os seguintes: trocas com a China (65), com a Índia (50), com a África negra (10), com a Europa (10) e com a Ásia do Sudeste (5). O montante total desses fluxos – 140 – representava 20% do excedente gerado localmente, se o índice 800 for mantido. Se esse índice for demasiado forte, levando em conta a estagnação relativa da região,

em oposição aos dinamismos permanentes da China e da Índia e ao impulso tardio mas marcante da Europa, a porcentagem do excedente comercializado nas trocas com o exterior seria ainda mais elevada. Com efeito, essa relação é forçada, pois uma parte das trocas representa o trânsito. Nas épocas antigas, quando o Oriente Médio representa um centro comparável por seu peso à China e à Índia, o essencial das trocas (e trata-se, então, do essencial das trocas em escala mundial) não tem a natureza de um comércio de trânsito. Ao contrário, quando a Europa começa sua decolagem depois do ano 1000, sem dúvida uma boa parte das trocas que provêm da China e da Índia transita apenas pelo Oriente Médio.

8. O que acabamos de dizer a respeito do Oriente Médio é verdade em uma escala ainda mais forte, se considerarmos a região "Ásia central", cuja posição não é nem a de um centro nem a de uma periferia.

Região de passagem obrigatória entre os centros principais do mundo pré-moderno, ligando principalmente a China ao Oriente Médio, a Ásia central sempre foi pouco povoada, produzindo então por si mesma, por esse motivo, apenas um excedente sem dúvida negligenciável. Nosso índice de 60, aqui puramente indicativo, é provavelmente superestimado, ainda que, em certas épocas, a região do Turquestão ocidental meridional, ao redor das correntes de água do Syr e do Amou Daria, conheceu um desenvolvimento brilhante. Os fluxos de troca que transitam pela região são, apesar de tudo, consideráveis, conforme é indicado pela soma dos índices que a eles se referem (100). Mais do que qualquer outra região do mundo, a Ásia central se beneficiou com esse trânsito, uma fração de seu valor, sem dúvida impossível de ser avaliado, mas não negligenciável, sendo recuperada no local.

É importante, contudo, evitar as generalizações demasiadamente abusivas em relação a essa região, que jamais foi homogênea ou redutível ao nomadismo. Com efeito, a Ásia central é dividida a grosso modo pela cadeia do Tian Shan em uma região meridional – a verdadeira rota da seda – e uma região setentrional, que sempre foi marginal nas relações Leste-Oeste, intensas desde pelo menos o séc. VI a.C.

A parte meridional da região é ela própria visivelmente composta de três sub-regiões distintas: o Turquestão oriental (a província chinesa de Sinkiang), o Turquestão ocidental ao sul do Cazaquistão atual, o Afeganistão.

Os dois terços dos fluxos de troca que transitam pela Ásia central, correspondendo às trocas China-Oriente Médio, sempre usaram a mesma rota, passando por Sinkiang e os vales do Syr e do Amou Daria. As variantes dessa rota, evitando o deserto do Taklamatan pelo norte ou pelo sul, escolhendo a rota de Dzoungarie ou os desfiladeiros que levam ao Fergana, se situam todas no feixe regional considerado.

A parte oriental dessa Ásia central meridional (o Sinkiang) é particularmente seca, apenas semeada de oásis, proibindo um povoamento importante, exceto urbano, quando as cidades-oásis em questão podiam ser revitalizadas por sua vez pelas pequenas zonas de irrigação, possíveis em sua proximidade imediata, e pelo trânsito do comércio a longa distância. Nunca houve nessa região, portanto, uma formação social com dominância nômade. A dominante nessa formação é urbano-mercantil. Compreendemos então por que essa formação local não existiu fora da relação Leste-Oeste sobre a qual se acha inserida. Que os poderes locais tenham, em tal momento, se beneficiado de uma autonomia próxima da "independência", ou que, em outro momento, tenham ficado estritamente submetidos ao poder chinês em nada muda o fato de que a formação social é apenas um subsistema de articulação entre as formações tributárias da China e do Oriente Médio. Essa dependência objetiva em nada reduz a importância da região e o brilho de sua civilização, marcada por uma sedentarização total precoce (remontando o mais tardar ao séc. IX) e pela vida intelectual de seus centros urbanos abertos (que, por isso, adotam com facilidade formas religiosas avançadas com vocação universalista, como o nestorianismo, o maniqueísmo, o budismo ou o islamismo).

No Oeste da barreira montanhosa que separa o Sinkiang do Turquestão ocidental, as condições geográficas permitiam tanto uma população nômade das estepes mais numerosa quanto uma agricultura irrigada em torno dos rios Syr e Amou Daria. Prolongamento de algum modo do planalto iraniano e do maciço afegão, a região é, por excelência, a dos contatos sedentários (agricultores e urbanos) / nômades. Conforme as probabilidades da história, a dominância nas formações sociais da região, portanto, ou foi urbano-mercantil (sustentada por uma agricultura irrigada) ou nômade. É compreensível que o comércio Leste-Oeste era mais estimulado no primeiro caso e mais entravado no segundo. As invasões turco-mongólicas, contrariamente a um preconceito espalhado, jamais constituíram um fator favorável a esse comércio.

O Afeganistão ocupa um lugar particular nesse sistema regional. A Índia sempre manteve relações estreitas com o Oriente Médio que, além da via marítima, utilizava uma rota que passava pelo norte do maciço afegão, juntando-se deste modo sobre o Amou Daria com a via China-Oriente Médio. Nesse lugar de contato tripartido (Oriente Médio-Índia-China) civilizações de síntese particularmente interessantes (como o Estado Kouchane) puderam então florescer. As trocas entre a Índia e a China passavam igualmente por esse ponto, evitando a barreira intransponível do Himalaia e do Tibete, contornada pelo Oeste. Essa foi a rota usada pelo budismo.

A metade setentrional da Ásia interior corresponde a grosso modo à atual Mongólia (ao norte do Tian Shan) e às estepes do Kazakistão (ao norte do mar de Aral e do Syr e do Amou Daria), que se prolongam sem obstáculos até o centro da Europa, passando pelo norte do mar Cáspio e do mar Negro. Essa região desempenhou apenas um papel menor nas relações Leste-Oeste, ao menos por duas razões: o atraso da Europa até o ano 1000, e a dominância de populações de nômades das estepes turbulentas. Como vimos, esse rota do norte só foi usada durante o curto período que separa o impulso europeu, a partir do séc. XII, da conquista dos mares, a partir do séc. XVI, momento que correspondeu à conquista de toda a região por Gêngis Khan.

A formação social dominante na região difere das que prevaleceram em sua metade meridional. Aqui, o nomadismo, predominante pelo número, se articulava sobre relações comerciais pobres, sem comparação com a intensidade das trocas ao longo da verdadeira "rota da seda". A Mongólia permanece vazia de pistas de cidades importantes e, até a época de Gêngis Khan, a capital Karakorum permanece um burgo (cinco mil habitantes?). Nada de comparável com as cidades da Ásia central meridional, pois as trocas Leste-Oeste principais não passavam por lá. Por outro lado, as trocas entre a China e as regiões situadas ao norte do Tian Shan – a Mongólia e a Sibéria – permaneciam limitadas ao extremo, praticamente reduzidas à importação que a China fazia de cavalos e de peles. O fato é que o controle dessas trocas pela China dos Qing, depois da ruína da Mongólia de Gêngis Khan, construiu uma articulação nova do nomadismo/feudalismo budista/mercantilismo chinês, dominante do séc. XVI até o séc. XX. Ao mesmo tempo, a expansão russa na Sibéria produzia um novo conflito de controle geopolítico, opondo aqui russos e chineses. A Rússia, em todo caso, não representava

nessa época – trata-se já dos tempos modernos – o coração da Europa capitalista, mas uma semiperiferia pobre. Suas trocas exteriores eram, por isso, secundárias.

A alusão feita aqui ao lugar do budismo na formação mongólica levanta um problema que mereceria um estudo mais amplo. Com efeito, ficamos espantados com o fracasso do budismo nos centros das civilizações asiáticas: na Índia, seu país de origem, e na China, onde o hinduísmo e o confucionismo recuperaram rapidamente a dianteira, sobre as rotas da seda em que o islamismo se impõe. Ao contrário, o budismo se estabelece definitivamente nas duas regiões marginais do sistema da Ásia central, no Tibete e na Mongólia.

No Oeste da Mongólia, a região da Ásia interior setentrional permanece, como dissemos, sem limites precisos, englobando o Kazakistão e a Rússia meridional. É nessa região que se opuseram diretamente os invasores nômades, progressivamente todos – ou quase todos – islamizados (mas sem que essa conversão tardia não tenha tido efeitos culturais profundos) e os não poucos invasores russos.

9. A estrutura global do sistema tributário durante os vinte séculos considerados apresenta características de uma estabilidade notável, o que dá ao esquema sua legitimidade como ilustração dessa estabilidade. Como esta é a importância relativa de cada um dos blocos regionais – em população e em riqueza –, ela foi o objeto de evoluções que progressivamente perturbaram as relações entre esses blocos e fabricaram a estrutura nova, característica do capitalismo moderno. Com o risco de repetir-me, lembrarei, portanto, que as cifras-índices, pelos quais quantifiquei os fluxos de trocas repertoriados, são médias para o longo período considerado que, de forma rigorosa, não correspondem, portanto, a nenhum dos subperíodos dele constitutivos. Para cada um desses subperíodos teríamos, portanto, um sistema de cifras-índices particular, mostrando a importância relativa das regiões nessa época.

Resumirei as características mais significativas dessa evolução da seguinte forma:

a) Ao longo dos vinte séculos considerados, o progresso da China é mantido e contínuo. Esse país-continente conserva, portanto, uma posição notável (mas não do-

minante, ver abaixo) e estável no sistema do antigo mundo tributário. O mesmo acontece, embora em grau menor, com a Índia, o segundo país-continente do sistema.

b) Em contrapartida, a estagnação do Oriente Médio ao longo desse período era fatalmente portadora de uma regressão marcante, devida a sua posição no sistema.

c) A evolução mais marcante se refere à Europa. Periferia marginal durante quinze séculos, a Europa conhecia, no decorrer dos cinco séculos que precedem a revolução capitalista, um progresso gigantesco em termo de ritmos. Esse abalo se acentuará ainda mais nos dois séculos que seguem o período estudado, pela conquista e pela modelação da América pela Europa, inaugurando a transformação de um sistema que até o momento havia se referido apenas ao antigo mundo em um sistema planetário global.

d) As evoluções que se referem às outras regiões (Japão, Ásia do Sudeste, África) preparam igualmente, a seu modo, a constituição do novo sistema capitalista e planetário.

e) O sistema capitalista que se estabelece a partir de 1500 d.C. é qualitativamente diferente do precedente. Não se trata apenas de abalos nas posições relativas das regiões em questão, em benefício da Europa. Esta se torna um centro dominante em escala planetária, um centro que será aumentado pela expansão européia na América do Norte e pela emergência do Japão. O conceito de dominação que doravante caracteriza o novo sistema mundial não existia no sistema tributário anterior. Em associação com essa transformação, salientei a importância de uma outra transformação, não menos qualitativa: a transferência da dominância da instância político-ideológica para a econômica no sistema social.

f) A Ásia central tinha sido uma região-chave no antigo sistema, a zona de passagem obrigatória que ligava as regiões mais avançadas das épocas antigas (China, Índia, Oriente Médio, às quais a Europa tardiamente se acrescenta). Os estudos que se referem a essa região colocaram em relevo a importância decisiva das interações e das trocas comerciais, científicas e tecnológicas, que transitaram por essa região-chave. A Ásia central perderá essas funções no sistema capitalista mundial e, por esse motivo, nele ficará definitivamente marginalizada.

Bibliografia

- ABU-LUGHOD, Janet *Before European Hegemony. The World System A.D. 1250-1350*. Oxford University Press, New York, 1989.
- AMIN, Samir, *L'Eurocentrisme. Critique d'une idéologie*. Anthropos, Paris, 1988.
- ARRIGHI, Giovanni, *The Long Twentieth Century*. Verso, Londres-New York, 1994.
- ASHTOR, E. A., *Social and Economic History of the Near East in the Middle Ages*. Collins, Londres, 1976.
- BECKWITH, Christopher, *The Tibetan Empire in Central Asia*. Princeton University Press, 1989.
- BARTJOLD, W., *Histoire des Turcs d'Asie centrale*. Maisonneuve, Paris, 1947.
- BERNAL, Martin, *Black Athena. The Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. Rutgers University Press, New Brunswick, 1987.
- BLAUT, J. M., *Colonialism and the Rise of Capitalism*. Science and Society, 1990.
- BLAUT, J. M., *Fourteen Ninety Two*. 1991.
- BRAUDEL, Fernand, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme XV-XVII siècles*. Armand Colin, 3 vols, Paris, 1979.
- CEODES, G., *Les États hindouisés d'Indochine et d'Indonésie*. Ed. de Brocard, Paris, 1948.
- CHASE-DUNN, Christopher et Thomas D. Hall (eds.), *Core / Periphery Relations in Precapitalist Worlds*. Westview Press, 1991.
- CHASE-DUNN, Christopher et Thomas D. Hall (eds.), *World System and Modes of production*. ISA, Vancouver, 1991.
- CHAUDHURI, K.N., *Trade and Civilization in the Indian Ocean. An Economic History from the Rise of Islam to 1750*. Cambridge University Press, 1985.
- EKHOLM, Hajsja, *Capitalism, Imperialism and Exploitation in Ancient World Systems*. Review, vol. VI, n° 1, 1982.
- ETIEMBLE, *L'Europe chinoise*. Gallimard, Paris, 1988.
- FITZPATRICK, John, *Wars, States and Markets in North East Asia 800-1400 A.D.* ISA, Vancouver, 1991.

FRANK, André Gunder, *World Accumulation 1492-1789*. Monthly Review Press, 1978.

FRANK, André Gunder, *Transitional Ideological Modes: Feudalism, Capitalism, Critique of Anthropology*. Sage, Beverly Hills, 1978.

FRANK, André Gunder, *A Theoretical Introduction to 5000 Years of World Systems History Review*, vol. XIII, n° 2, 1990.

FRIEDMAN, Edward (ed.), *Ascent and Decline in the World System*. Sage, Beverly Hills, 1982.

GHURSHMAN, R., *Iran*. Pelican Penguin Books, 1954.

GILLS, B. K. e Frank, A. G., *The Cumulation of Accumulation: Theses and Research Agenda for 5000 Years of World System History*. *Dialectical Anthropology*, vol. 15, n° 1, July, 1990, pp. 19-42. Também em *Core / Periphery Relations in Precapitalist Worlds*. Chase-Dunn, C. & Hall, T. (eds.). Boulder: Westview Press, 1991.

GOLDSTEIN, Joshua S., *Long Cycles. Prosperity and War in the Modern Age*. Yale University Press, New Haven, 1988.

GROUSSET, René, *L'Empire des Steppes*. Payot, 1947.

HODGSON, Marshall G. S., *The Venture of Islam*, 3 vols. University of Chicago Press, Chicago, 1974.

HUMPHREYS, S. C., *History, Economics and Anthropology: The Work of Karl Polanyi*. Routledge e Kegan Paul, Londres, 1978.

KOHL, Philip L., *The Balance of Trade in Southwestern Asia in the Mid-Third Millennium*. *Current Anthropology* 19 : 3, 1978. *The Ancient Economy, Transferable Technologies and the Bronze Age World-System: A View from the Northeastern Frontier of the Ancient Near East*. In Michael Rowlands, Mogens Larsen e Kristian Kristansen (eds.), *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987. *The Use and Abuse of World Systems Theory: The Case of the Pristine West Asian State*. Em C. C. Lamberg-Karlovsky (ed.), *Archaeological Thought in America*. Cambridge University Press, 1990.

KWANTEN, Luc, *Imperial Nomads*. Leicester University Press, 1979.

LIU, Xinru, *Ancient India and Ancient China: Trade and Religious Exchanges A.D. 1600*. Oxford University Press, Delhi, 1988.

LIVERANI, Mario, *The Collapse of the Near Eastern Regional System at the End of the Bronze Age: The Case of Syria*. Em Michael Rowlands, Mogens Larsen e Kristian Kristansen (eds.), *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987.

LOMBARD, Maurice, *L'Islam dans sa première grandeur*. Flammarion, Paris, 1971.

MCNEILL, William, *The Rise of West. A History of the Human Community*. University of Chicago Press, 1963. *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force and Society since A.D. 1000*. Blackwell, Oxford.

MARFOE, Léon, *Cedar Forest to Silver Mountain: Social Change and the Development of Long-distance Trade in Early Near Eastern Societies*. Em Michael Rowlands, Mogens Larsen and Kristian Kristansen (eds.), *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987.

MELKO, Mathew, *State System in Harmonious Conflict*, Paper presented at the Annual Meeting of the Japan Society for the Comparative Study of Civilizations. Kokugakuin University, Tokyo, December, 1990.

MODELSKI, George, *Long Cycles in World Politics*. Macmillan Press, Londres, 1987.

OATES, Joan (comment on Philip Kohl), *The Balance of Trade in Southwestern Asia in the Mid-Third Millennium*. *Current Anthropology* 19 : 3, September, 1978.

OPPENHEIM, A., Leo e Erica Reiner, *Ancient Mesopotamia*. University of Chicago Press, 1977.

PALAT, Ravi Arvind e Immanuel Wallerstein, *Of What World System was pre-1500 'India' a Part?* Paper presented at the International Colloquium on "Merchants, Companies and Trade, Maison des Sciences de l'homme, Paris, 30 de maio – 2 de junho, 1990.

PIRENNE, Jacques, *Les grands courants de l'histoire universelle*. Albin Michel, Paris, 1947.

POLANYI, Karl, *Trade and Markets in Early Empires*. The Free Press, Glencoe, 1957.

ROSSABI, Morris, *China Among Equals: The Middle Kingdom and its Neighbors 10-14 centuries*. University of California Press, Berkeley, 1982.

ROSTOVITZ, M., *The Economic and Social History of the Hellenistic World*. Oxford University Press, 1941.

ROUX, Georges, *Ancient Iraq*. Pelican, Harmondsworth.

ROWLANDS, Michael, Mogens Larsen e Kristian Kristansen (eds.), 1987. *Centre and Periphery in the Ancient World*. Cambridge University Press, 1987.

SILVER, Morris, *Economic Structures of the Ancient Near East*. Croom Helm, Londres, 1985.

DE STE. CROIX, G.E.M., *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. Duckworth, 1981.

SUZUKI, Chusei, *China's Relations with Inner Asia: The Hsiungnu, Tibet*. Em John King Fairbank (ed.), *The Chinese World Order. Traditional China's Foreign Relations*. Harvard University Press, 1968.

TEGGART, Frederick, *Rome and China. A Study of Correlations in Historical Events*. University of California Press, Berkeley, 1939.

THARPAR, Romila, *A History of India 1*. Penguin Books, Harmondsworth, 1966.

TOYNBEE, Arnold, *A Study of History*, 6 vols. Oxford Press, 1947.

VLADIMIRSTOV, B., *Le régime social des Mongols, Le féodalisme nomade*. Maisonneuve, 1948.

VERNARDISKY, Georges, *A History of Russia*. Malev Press, 1952.

Indicarei igualmente as três fontes principais, a partir das quais atribuí as cifras de população indicadas no estudo:

CHANDLER, Tertius e Fox, Gérald, *3.000 years of Urban Growth*. Academic Press, New York, 1974.

CHESNAIS, Jean Claude, *La population du monde, de l'Antiquité à 2.050*. Bordas, Paris, 1991.

VALLIN, Jacques, *La population mondiale*. Coll. Repères, La Découverte, Paris, 1989.

III

CAPITALISMO E SISTEMA MUNDIAL

1. A ESPECIFICIDADE DO MUNDO CAPITALISTA MODERNO

Sobre esse tema, apresento três proposições complementares. Primeira proposição: o modo de produção capitalista representa uma ruptura qualitativa com os sistemas que o precederam, no sentido preciso de que a lei do valor não comanda aqui apenas a vida econômica, mas também todo o sistema social do mundo moderno (capitalista), ou seja, ela comanda o conteúdo da ideologia específica própria a esse sistema novo ("o economismo", ou melhor, "a alienação economista"), como também comanda as relações novas e específicas entre a base econômica do sistema e a superestrutura política e ideológica (a "dominação do econômico", a "política é economia em comprimido", ou ainda, a "riqueza comanda o poder", ao passo que até então "o poder comandava a riqueza"). Esse sistema é superior, não só pelo desenvolvimento prodigioso das forças produtivas que permitiu, mas ainda por seus outros aspectos, operando nos planos político e ideológico (o conceito moderno de democracia). Simultaneamente, o crescimento exponencial que o caracteriza é o produto necessário e fatal da dominação de todo o sistema social pela implacável lei da acumulação. Todavia, como observa Wallerstein, o crescimento exponencial é o do câncer: ele, necessariamente, leva à morte. A intuição genial de Marx é a de precisamente ter compreendido que, por esse motivo, o capitalismo deve encontrar um fim, ser substituído por um sistema qualitativamente novo, que submeta o desenvolvimento das forças produtivas a uma lógica social controlada e não mais apenas à lógica mecânica do econômico alienado.

Segunda proposição: o sistema moderno – capitalista – é mundial e é o primeiro sistema a sê-lo. Todas as partes integradas nesse sistema são integradas pelo viés de sua participação em uma divisão mundial do trabalho que recai sobre produtos essenciais para o consumo de massa ou de sua produção, em paralelo com um grau de comercialização (*merchandising*) da produção, sem qualquer